XXIV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI - UFS

HISTÓRIA DO DIREITO

ANTONIO CARLOS WOLKMER

GUSTAVO SILVEIRA SIQUEIRA

Copyright © 2015 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos.
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – Conpedi
Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UFRN
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior - UFRGS
Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR
Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes - IDP
Secretário Executivo -Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC
Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Conselho Fiscal
Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG /PUC PR
Prof. Dr. Roberto Correia da Silva Gomes Caldas - PUC SP
Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini Sanches - UNINOVE
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS (suplente)
Prof. Dr. Paulo Roberto Lyrio Pimenta - UFBA (suplente)

Representante Discente - Mestrando Caio Augusto Souza Lara - UFMG (titular)

Secretarias
Diretor de Informática - Prof. Dr. Aires José Rover – UFSC
Diretor de Relações com a Graduação - Prof. Dr. Alexandre Walmott Borgs – UFU
Diretor de Relações Internacionais - Prof. Dr. Antonio Carlos Diniz Murta - FUMEC
Diretora de Apoio Institucional - Profa. Dra. Clerilei Aparecida Bier - UDESC
Diretor de Educação Jurídica - Prof. Dr. Eid Badr - UEA / ESBAM / OAB-AM
Diretoras de Eventos - Profa. Dra. Valesca Raizer Borges Moschen – UFES e Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - UNICURITIBA
Diretor de Apoio Interinstitucional - Prof. Dr. Vladmir Oliveira da Silveira – UNINOVE

H673

História do direito [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFS;
Coordenadores: Gustavo Silveira Siqueira, Antonio Carlos Wolkmer, Zélia Luiza Pierdoná – Florianópolis: CONPEDI, 2015.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-5505-059-6
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: DIREITO, CONSTITUIÇÃO E CIDADANIA: contribuições para os objetivos de desenvolvimento do Milênio

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Encontros. 2. História. I. Encontro Nacional do CONPEDI/UFS (24. : 2015 : Aracaju, SE).

CDU: 34

CONPEDI
Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Florianópolis – Santa Catarina – SC
www.conpedi.org.br

XXIV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI - UFS

HISTÓRIA DO DIREITO

Apresentação

O interesse pela História do Direito tem crescido significativamente no Brasil nos últimos anos. A inclusão da disciplina no conteúdo dos cursos de graduação, desde o início dos anos 2000, tem contribuído para o conhecimento e expansão da área. Sendo ainda uma área (ou sub-área) nova, a História do Direito, ainda luta para sedimentar-se academicamente dentre as disciplinas chamadas de zetéticas. Ao contrário da Filosofia do Direito e da Sociologia do Direito, já consagradas em currículos, eventos e produções nacionais, a História do Direito ainda carece, se comparada com as outras áreas, de um certo fortalecimento metodológico e teórico.

Nesse sentido a existência de fóruns, como o GT de História do Direito no CONPEDI, auxilia que trabalhos, já com preocupações metodológicas e teóricas de grande sofisticação, convivam com os de pesquisadores iniciantes no tema. Mas, se por um lado, a referida disciplina luta para consolidar sua especialidade em relação à Sociologia do Direito e à Filosofia do Direito, ela é palco de internacionalização e de refinados trabalhos acadêmicos. A ausência da disciplina no Brasil, durante alguns anos, fez com que o intercâmbio internacional fosse uma necessidade, logo na formação da disciplina. O mencionado fato levou diversos professores e pesquisadores a uma profunda inserção no meio acadêmico internacional. Daí o contraste da História do Direito: uma disciplina jovem, pouco difundida e sedimentada em muitos cursos jurídicos, mas que, por outro lado, tem dentre seus pesquisadores mais inseridos, um elevado nível de pesquisa e internacionalização.

Neste contexto, os trabalhos apresentados no CONPEDI e publicados aqui, servem para demonstrar uma área em transição e em processo de fortalecimento. Assim, eles contribuem para problematização de métodos, metodologias e teorias que podem ser aplicadas à História do Direito.

As apresentações tiveram temas genéricos e específicos, abarcando desde aspectos da presença e influência do "common law no Brasil, passando pelo direito romano e temas conexos. Também foram discutidos pensadores como Hobbes, Virilio, Habermas e Leon Duguit, e temas como espaços femininos, ideias marxistas, movimentos sociais e a trajetória do Direito no Brasil. Este foi o principal tema dos trabalhos que reuniu contribuições sobre o Período Colonial, a escravidão, a educação e a cultura jurídica. Também foi problematizado o Direito no Período do Império, as eleições de 1821, a obra de Diogo Feijó, a questão da

legislação sobre a adoção e o Estado laico e confessional. Sobre o Período Republicano, os trabalhos preocuparam-se com história do Direito Penal, crimes políticos, jurisprudência do STF e Relatório Figueiredo.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Antonio Carlos Wolkmer (UFSC - UNILASALLE)

Gustavo Silveira Siqueira (UERJ)

Zélia Luiza Pierdoná (MACKENZIE)

JUNHO DE 2013 ...

JUNE 2013 ...

Pablo Henrique Silva dos Santos

Resumo

O presente artigo visa compreender as manifestações de junho de 2013 no Brasil, a partir de uma compreensão de novos movimentos sociais, e sua eclosão nesta data, dada as peculiaridades reconhecidas a estes novos movimentos sociais. Visando discernir e ligar os acontecimentos no Brasil com os demais acontecimentos ocorridos no mundo e identificar as origens que antecederam estes acontecimentos no caso brasileiro.

Palavras-chave: Junho, 2013, Brasil, Manifestações, Novos movimentos sociais

Abstract/Resumen/Résumé

This article aims to understand the June 2013 events in Brazil, from an understanding of new social movements, and its outbreak today, given the peculiarities recognized these new social movements. In order to discern and link the events in Brazil and other events in the world and identify the origins of these events leading up to the Brazilian case.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: June 2013 brazil, Demonstrations, New social movements.

1. INTROUÇÃO

Quem diria que os acontecimentos de junho de 2013 entrariam para história do Brasil, como as maiores manifestações populares já ocorridas no Brasil, entretanto estas são fruto de inúmeras interpretações ou tentativas de interpretações. Este artigo busca uma linha mais conectada como os movimentos sociais que antecederam as manifestações e que em determinado momento inclusive tiveram dificuldade de dialogar com as massas que foram para as ruas lutar pelos seus direitos.

[1] Mestrando do PPG de Direito e Sociedade do Centro Universitário La Salle – Canoas/RS. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Ritter dos Reis, Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2. OS PROTESTOS EM PORTO ALEGRE – UM HISTÓRICO

Em Porto Alegre os protestos de junho de 2013 foram antecedidos de vários acontecimentos, que demonstram que as manifestações de junho de 2013, não nasceram do acaso, a-histórico, mas possuem antecedentes, que construíram fagulhas necessárias para que as manifestações de 2013 transformassem-se em um acontecimento sem antecedentes na história do Brasil.

Do ponto de vista nacional, Porto Alegre, foi o estopim para o início das manifestações que se espalharam pelo Brasil (COSTA, SCHWARTZ, FLECK, 2014). Como podemos observar nas reportagens do veículo de comunicação Sul 21, que cobriram as manifestações em Porto Alegre. Na capital gaúcha os protestos foram unificados em torno do Bloco de Luta em Defesa do Transporte Público, que aglutina manifestantes de inúmeros matizes ideológicas e partidárias do campo da esquerda. A primeira manifestação convocada pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público, marcada para o dia 21 de janeiro de 2013, e nesta data já se observava a união dos manifestantes com as lutas dos trabalhadores rodoviários e o apoio de parte da população (cobertura feita pelo repórter Samir Oliveira, 2013).

Oliveira, (2013, s/p.):

> Centenas de pessoas percorreram o Centro de Porto Alegre nesta segunda-feira (21) para protestar contra o aumento da passagem do transporte público municipal. Atualmente, a tarifa de ônibus é R$ 2,85 e a de lotação, R$ 4,25.
> Oficialmente, ainda não há nenhum movimento das empresas que detêm as concessões do transporte público no sentido de elevar o valor da passagem. Mas, tradicionalmente, o reajuste costuma ocorrer até o final de fevereiro de cada ano. Entre os manifestantes, se comentava que o valor reivindicado pelas empresas seria de R$ 3,15.
> Unificados em torno do Bloco de Luta em Defesa do Transporte Público, os manifestantes começaram a se concentrar no Largo Glênio Peres por volta das 17h30. Aos poucos, a multidão foi engrossando com a chegada de militantes do PSOL, do PSTU e da Juventude do PT, além de um grande número de anarquistas, que portavam bandeiras pretas e vermelhas – tradicional presença nos atos contra o aumento da passagem em Porto Alegre.
> Militantes de outros coletivos e grupos também aderiram à marcha, como os integrantes do Movimento Revolucionário e do Utopia e Luta. Sindicalistas e dirigentes de centros acadêmicos de escolas e faculdades também se fizeram presentes [...].
> [...] Os manifestantes também apoiaram as reivindicações dos trabalhadores rodoviários, que pedem um aumento de 30% às empresas de ônibus, além da redução da jornada de trabalho de 7h10min para 6h [...].
> **Ministério Público de Contas questiona critérios adotados para reajuste**

> No final do ano passado, o Ministério Público de Contas (MPC) questionou os critérios adotados para reajustar o preço das passagens. Baseado numa inspeção especial realizada nas contas da EPTC em 2011, o órgão pede que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) cobre esclarecimentos da prefeitura sobre o tema.

Conforme o Ministério Público de Contas (MPC), o balanço da verificação averiguou "irregularidades nos cálculos que fixam o valor das passagens. A principal delas diz respeito ao cálculo do Percurso Médio Mensal (PMM), que, nos moldes elaborados pela prefeitura, considera a frota total dos ônibus" (OLIVEIRA, 2013, s/p.).

O MPC examina essa crítica, por perceber "que não se pode incluir os ônibus reservas – que não estão em circulação – para compor o quadro tarifário". O Tributo de Contas do Estado (TCE), responsável pelo relatório de inspeção, neste constata que "acaba por se diminuir artificialmente a produtividade do sistema, uma vez que pressupõe a rodagem simultânea dos veículos reservas e operante" (OLIVEIRA, 2013, s/p.).

Segundo Oliveira (2013, s/p., grifos do autor):

> A auditoria aponta que "ao se corrigir no cálculo tarifário do PMM, substituindo-se a frota total pela frota operante, […] a tarifa técnica decai de R$ 2,88 para R$ 2,60", acrescentando que "essa correção metodológica impacta na redução de 12,06% no custo fixo por quilômetro e 9,72% no custo total por quilômetro".
> Baseado nesse relatório, o TCE solicitou informações à EPTC. O pedido foi encaminhado no dia 28 de dezembro de 2012 e respondido pela prefeitura no dia 7 de janeiro deste ano. O processo ainda está tramitando no Tribunal de Contas.

O Bloco de Luta pelo Transporte Público a par do relatório formulado pelo Ministério Público de Contas, que encontrava irregularidades na planilha de cálculos das empresas de transporte público, organizou protestos constantes para chamar atenção da opinião pública sobre as irregularidades em relação às empresas de transporte da capital gaúcha, maus serviços prestados a população, além de tais empresas atuarem sem licitação.

Importante frisar que as grandes manifestações de junho, em Porto Alegre e no Brasil, tiveram antecedentes construídos por movimentos sociais organizados e vinculados a pautas de ampliação de direitos sociais, pois mais tarde, quando as manifestações se massificaram, as tentativas de desconstruir seu significado e disputá-lo, como Rolnik (2013, p. ?) vai descrever em Cidades Rebeldes. "No decorrer dos protestos, houve uma disputa nos cartazes empunhados pelo conjunto heterogêneo que ocupou as ruas e uma guerra de interpretações das vozes rebeldes".

Portanto para retornar a necessária história dos que lutaram antes das grandes manifestações e continuam lutando a pós, é importante relembrar Porto Alegre, onde se obteve a primeira vitória contra o aumento das passagens no ano de 2013.

Conforme ZH Noticias (2013, s/p.)

> Protesto contra aumento na passagem de ônibus bloqueia trânsito no centro de Porto Alegre
> [...] Centenas de manifestantes protestam no centro de Porto Alegre no final da tarde desta segunda-feira contra a possibilidade de aumento na tarifa das passagens de ônibus. [...] De forma ordeira, a passeata seguiu pela Avenida Voluntários da Pátria e chegou à Avenida Salgado Filho. Em seguida, o grupo se reuniu na Esquina Democrática e o trânsito foi liberado na região central da cidade.
> [...] Convocado no Facebook pelo Bloco de Luta por um Transporte Público, o protesto teve quase mil confirmações de comparecimento. No convite, a inscrição: "Nenhum direito a menos. Pela manutenção do meio passe para estudantes e permanência de gratuidade para idosos" (grifos do autor).
> O Sindicato das Empresas de Ônibus (Seopa) sustenta que o pedido de aumento em R$ 0,45 foi feito em decorrência da queda no índice de passageiros pagantes por quilômetro rodado. Além disso, argumenta que desde julho de 2011, quando foi implantada a segunda passagem gratuita, o número de isentos chegou a 33% do total de usuários.

A Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), em nota avigorou que só vai alcançar um esboço "técnico do aumento na tarifa após manifestação do Tribunal de Contas do Estado (TCE), considerando a medida cautelar que questiona um dos itens da metodologia de cálculo da planilha tarifária. O TCE ainda não tem um prazo para avaliar o pedido" (ZH NOTICIAS, 2013, s/p.).

Prontamente o "Sindicato dos Rodoviários de Porto Alegre, que também participou do ato, promete uma 'segunda parte' dos protestos para a terça-feira". Sem manifestar pormenores, corroboram com as manifestações que ocorreram entre as "7h e 9h e entre as 17h e 19h" (ZH NOTICIAS, 2013, s/p.).

> — Só posso dizer que Porto Alegre vai andar devagarinho — observa o conselheiro municipal de transportes e diretor sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luís Afonso Martins.
> Além de concordar com o protesto de aumento no reajuste das tarifas de ônibus no município, os rodoviários contestam a suposta aprovação de aumento do dissídio da categoria. No dia 22 de janeiro, uma assembleia para decidir o percentual acabou em confusão. O sindicato garante que o processo está em litígio judicial (ZH NOTICIAS, 2013, s/p.).

As manifestações em Porto Alegre continuaram em 02 de abril de 2013 (OLIVEIRA, 2013, s/p.), uma vez que o prefeito de Porto Alegre havia sancionado, em 21 de janeiro, o aumento das passagens.

> Milhares de pessoas lotam as ruas do centro de Porto Alegre contra aumento da passagem
> Milhares de pessoas lotaram as ruas do centro de Porto Alegre na noite desta segunda-feira (1) para protestar contra o aumento da passagem de ônibus. Foi o sétimo protesto realizado desde janeiro, quando começaram as mobilizações contrárias ao reajuste da tarifa [...].
> O ato desta segunda-feira foi o que contou com maior número de manifestantes. A Brigada Militar estima que foram mais de quatro mil pessoas nas ruas, enquanto integrantes do Bloco de Luta pelo Transporte Público falam em cerca de dez mil participantes.
> Descontando as marchas de abertura do Fórum Social Mundial Temático de 2012 e do Fórum Social Mundial Palestina Livre, a cidade não recebia uma manifestação tão grande desde março de 2011, quando mais de duas mil pessoas foram às ruas para protestar contra o atropelamento em massa de ciclistas feito pelo funcionário do Banco Central Ricardo José Neis.

O protesto teve início em frente a prefeitura, às 18h e foi convocado pelas redes sociais. "Bandeiras de partidos políticos como PSTU, PSOL — além de entidades relacionadas a essas siglas, como o movimento Juntos (PSOL) e a Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL, ligada ao PSTU [...])".

Segundo Oliveira (02 de abril de 2013, s/p):

> [...] Agentes da Guarda Municipal estavam posicionados dentro do prédio da prefeitura, enquanto soldados da Brigada Militar patrulhavam os arredores. Ao final do protesto, a reportagem do Sul21 questionou a Brigada sobre a quantidade de efetivo deslocada na operação e foi informada de que o contingente foi "o suficiente". "Não vou comentar, é uma informação reservada", respondeu um oficial. A reportagem contou, pelo menos, cerca de 50 soldados do batalhão de choque que acompanhavam o cortejo.
> [...] Em seguida, o grupo permaneceu em silêncio durante a passagem pelo hospital Santa Casa, junto à Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). [...] Lá, realizaram uma assembleia de encerramento do ato e confirmaram a organização de um novo protesto para esta quinta-feira (4), em frente à prefeitura.

Desigual ao "último ato, no dia 27, quando" ocorreu "conflito entre os manifestantes e a polícia", isto posto, porque o protesto aconteceu sem transtornos maiores. A caminhada sucedeu de forma tranquila "até o Largo Zumbi dos Palmares". Um grupo de pessoas que seguia à frente do carro de som, em alguns momentos, posicionavam suas faixas, no início da caminhada, estes soltavam rojões, e "eram vaiados pela maioria dos ativistas. Um dos integrantes desse grupo que estava na dianteira da marcha chegou a investir, a socos, contra uma agência do banco Bradesco e um contêiner de lixo na avenida Júlio de Castilhos", obtendo novamente vaias "por outros manifestantes. Foi confirmado, ainda, que o fotógrafo Ronaldo Bernardi, do jornal Zero Hora, foi alvejado com um ovo no

rosto". Durante o caminho, "os jovens picharam muros, paredes e ônibus com mensagens que exigem a revogação do aumento da passagem" (OLIVEIRA, 02 de abril de 2013, s/p).

> Confira a cronologia do aumento da passagem este ano em Porto Alegre-
> 28/12/2012
> Tribunal de Contas do Estado (TCE) solicitou informações à EPTC a respeito do cálculo utilizado para se verificar o Percurso Médio Mensal (PMM) dos ônibus – que influi no reajuste da tarifa. A solicitação de informações foi feita por provocação do Ministério Público de Contas, após uma inspeção especial realizada nas contas da EPTC, ter verificado que a prefeitura computa a frota reserva de ônibus no cálculo.
> - 7/01/2013
> EPTC responde a questionamentos do TCE, afirmando que cálculo do PMM ocorre de acordo com o que determina a legislação municipal.
> - 21/01/2013
> Manifestantes realizam primeiro protesto de rua no centro de Porto Alegre contra o aumento da passagem.
> - 29/01/2013
> TCE emitiu medida cautelar determinando que EPTC revise o modo como calcula o aumento da tarifa de ônibus em Porto Alegre. O conselheiro Iradir Pietroski, relator do processo, seguiu a orientação do Ministério Público de Contas, que observou que a empresa não pode considerar a frota total de veículos para reajustar a passagem.
> Estudantes realizam segundo ato contra o aumento da tarifa.
> - 15/02/2013
> Sindicato das Empresas de Ônibus de Porto Alegre (SEOPA) protocola na prefeitura pedido de 14,85% de reajuste, que elevaria a tarifa de R$ 2,85 para R$ 3,30.
> - 18/02/2013
> Manifestantes realizam terceira manifestação pelas ruas do centro da cidade.
> -21/03/2013
> Conselho Municipal de Transporte Urbano (COMTU) aprova elevação da tarifa para R$ 3,06. No mesmo dia, o vice-prefeito Sebastião Melo (PMDB) sanciona a aprovação e fixa o valor em R$ 3,05, resultando num reajuste de 7,02%.
> -22/03/2013
> Pequeno grupo de manifestantes realiza ato em frente à prefeitura.
> - 25/03/2013
> Data a partir da qual entra em vigor a nova tarifa de R$ 3,05.
> Estudantes realizam novo protesto, trancando, durante cerca de quatro horas, a avenida Ipiranga, em frente à PUCRS.
> -27/03/2013
> Manifestantes realizam outro protesto contra o aumento da passagem. Tentativa de ingresso no prédio da prefeitura gera conflito com a Brigada Militar no início do ato. Ativistas marcham até o Palácio da Polícia para exigir libertação de manifestante que foi detida pela Guarda Municipal dentro da prefeitura.
> - 01/04/2013
> Prefeito José Fortunati (PDT) recebe grupo de entidades estudantis – convocado pela União dos Estudantes (UEE-RS, comandada pelo secretário-adjunto da Secretaria Municipal da Juventude, Arthur Veiga, do PTB) – para debater o aumento da tarifa.
> Novo protesto reúne de quatro mil (de acordo com a Brigada) a dez mil (de acordo com manifestantes) pessoas nas ruas de Porto Alegre contra o aumento da passagem (OLIVEIRA, 02 de abril de 2013, s/p).

Em 04 de abril de 2013 o protesto convocado pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público acabou em festa com noticia da liminar concedida pela justiça que suspendia o

aumento da passagem conforme o a reportagem de Samir de Oliveira (05 de abril de 2013, s/p.):

> Após liminar da Justiça, protesto contra aumento da passagem vira festa no meio da chuva
> [...]
> - Juiz acata pedido de liminar do PSOL e suspende último aumento da passagem
> - Protestos em Porto Alegre são resposta à restrição do espaço público, afirmam sociólogos
> Não eram 18h30min quando alguém recebeu e repassou instantaneamente a informação à multidão: o reajuste havia sido revogado temporariamente por uma liminar da Justiça. A comemoração foi geral [...].
> [...] Do microfone, um manifestante alertava que a decisão da Justiça era uma "conquista paliativa" e que a cobrança pela redução da passagem para R$ 2,60 deveria prosseguir.
> [...] E todos se renderam à chuva. Um dos gritos mais ouvidos da noite era: "Pode chover! Pode molhar! Mais um aumento eu não vou pagar!".
> [...] Ao chegarem na esquina com a avenida Borges de Medeiros, um manifestante quebrou as sinaleiras de um ônibus. A reação foi imediata: vaias generalizadas e uma reprimenda de um pequeno grupo próximo a ele, que gritava "chinelão! chinelão! chinelão!".
> No caminho até a avenida Loureiro da Silva, a marcha cresceu. Muitos jovens recém chegados comentavam que estavam vindo da aula. E, dos prédios, era visível o apoio de boa parte da população, que saía às janelas sacudindo os braços [...].
> [...] Durante o trecho entre a Loureiro da Silva e a João Pessoa, foi possível perceber com mais clareza o imenso cortejo policial que seguia os manifestantes. Do caminhão de som, um ativista puxou o grito: "Recua, polícia, recua! É o poder popular que está na rua!".

O grupo, ao chegar à Avenida Ipiranga se concentrou no trecho "onde, de um lado, estava a sede da EPTC e, de outro, o prédio do Grupo RBS – contra quem os manifestantes não poupam críticas desde que os protestos começaram a ganhar corpo e aparecer com maior frequência na mídia [...]" (OLIVEIRA, 05 de abril de 2013, s/p.).

Conforme Oliveira (05 de abril de 2013, s/p.) "[...] esse foi um dos momentos mais tensos do protesto. Alguns ativistas jogaram tinta, pedras e bolinhas de gude na sede da EPTC". Com isso aconteceu "princípio de correria e tumulto. A Brigada Militar cerrou fileiras nas pontes para pedestres e carros que davam acesso ao outro lado da Avenida Ipiranga, não permitindo que ninguém se aproximasse do prédio da RBS". Consequentemente, o "contingente policial que acompanhava a marcha pela retaguarda se aproximou – o que fez com que muitos manifestantes pensassem que se tratava de uma investida da polícia [...]".

> A revogação do aumento conquistado pela decisão Judicial favorável à ação impetrada pelos vereadores do PSOL de Porto Alegre reduz a passagem de R$ 3,05 para os R$ 2,85 que vigoravam até o momento. Mas os manifestantes reivindicam que a prefeitura revogue o ato do aumento e reduza a passagem para

> R$ 2,60, além de assumir o compromisso de não revisar isenções para idosos e estudantes (OLIVEIRA, 05 de abril de 2013, s/p.).

Segundo Oliveira (05 de abril de 2013, s/p.) foi por determinação do Juiz Hilbert Maximiliano Akihito Obara, que deliberou o cancelamento do "aumento da passagem". Através do "Processo 001/113.0079387-3. Ajuizados pela/o vereadora/o Fernanda Melchionna e Pedro Ruas", os dois pertencem ao PSOL - Partido Socialismo e Liberdade.

> Vistos. PEDRO LUIZ FAGUNDES RUAS e FERNANDA MELCHIONNA DA SILVA ajuizaram ação cautelar em face do MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO ¿ EPTC e CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTE URBANO ¿ COMTU, todos já qualificados, objetivando, inclusive em sede de tutela antecipada, a suspensão e subsequente anulação do ato de aumento tarifário do transporte de circulação urbano, sob argumentos, em síntese, de ocorrência de ilegalidades administrativas e infringências aos princípios da legalidade e moralidade administrativa, em flagrante prejuízo da população. No mérito, pugnam pela procedência da demanda. Acostados documentos. É o breve relatório. Decido (OLIVEIRA, 05 de abril de 2013, s/p.).

Uma questão processual deve ser analisada de início, por este motivo a atenção do "princípio da fungibilidade das tutelas de urgência", aceitado pela novidade da "legislativa introduzida no parágrafo 7º, art. 273 do Código de Processo Civil, recebo a ação cautelar como ação de conhecimento, pelo procedimento comum ordinário". Compreende-se que ação cautelar inominada, foi tratada pelos autores, "porém o pedido é satisfativo". O efeito direto do atendimento do pedido faz com que a requerida liminar seja suspensa. Desta forma, "o tratamento adequado à pretensão de urgência exposta é a de tutela antecipada e como tal passará a ser analisada". A precipitação "de tutela deve ser concedida se estiverem presentes os requisitos previstos no art. 273 do CPC". Ressalta-se a obrigação de cômputo do aspecto de que é verdadeiro nas argumentações "postas na peça portal e a urgência. Há fortes indicativos de abusividade no aumento das passagens, de conformidade com aprofundada análise realizada pelo Tribunal de Contas do Estado (fls. 22 a 151)" (OLIVEIRA, 05 de abril de 2013, s/p.).

Oliveira (05 de abril de 2013, s/p.) ainda refere que a documentação "evidencia a não contabilização de receitas com publicidades, despesas não permitidas sendo contabilizadas, além de aparente cálculo tarifário equivocado", para mascarar uma inexistente necessidade de aumento, utilizou-se de procedimentos impróprios, "saltando aos olhos especialmente a inclusão indevida de frota reserva, que cria um aumento de despesa não real". Entende-se, que não ocorreu confirmação do acréscimo das tarifas pretendidas "pelos réus". Além de

tudo, outra circunstância de ampla importância “que coloca em cheque a credibilidade da necessidade de aumento diz respeito ao desatendimento de regras básicas de direito administrativo referente à obrigatoriedade de licitação de forma a ser angariada a melhor proposta, àquele que melhor atenderia ao interesse público”. Perante essa conjuntura, é de se prever “que terceiros possam estar indevidamente se beneficiando de um valor tarifário incompatível com o serviço prestado com prejuízo irreparável e de longa data da população que utiliza esse meio de transporte”.

> Presente, desse modo, a presença de elementos suficientes para tornar aparente o direito alegado na exordial. A verossimilhança da alegação, baseada em prova inequívoca, extrai-se, como supramencionado, da competente análise realizada pelo Tribunal de Contas do Estado. Na mesma linha, inegável é o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Sabido que a esmagadora maioria dos cidadãos que utilizam frequentemente esse serviço público de transporte são pessoas de parcos recursos e raramente dispõem de outros meios alternativos de locomoção. Desse modo, acabam tendo um comprometimento considerável da renda utilizada para a manutenção dos mesmos e de seus familiares. Portanto, partindo-se da premissa da ilegalidade do aumento, fica evidente a lesão grave e irreparável justificadora da tutela antecipada. Outrossim, poderia ser alegada a presença de dano irreversível aos réus em face da imprescindibilidade dos valores para custear os gastos, sob pena de falência, que a suspensão determinada poderia provocar (OLIVEIRA, 05 de abril de 2013, s/p.).

No entanto, Oliveira (05 de abril de 2013, s/p.) diz que “não é isso que está a demonstrar a prova documental acostada pelos autores. E ainda que se pudesse cogitar de prejuízo irreversível para o réu, como salientado alhures”, constata-se igualmente a proximidade de detrimento consumado “ao interesse público defendido pelos autores”. Sendo assim, deve ser aplica a “teoria da irreversibilidade recíproca defendida por Athos Gusmão Carneiro, perquirindo-se”, através do bom emprego dos “princípios da proporcionalidade e razoabilidade, qual é o valor axiologicamente preponderante entre aqueles que estão em conflito. E, ao menos em juízo de cognição vertical sumária”. Está em um patamar superior o interesse que os autores buscam tutelar. Desta forma, “DEFIRO a tutela antecipada pretendida, e determino a suspensão do aumento tarifário do transporte de circulação coletivo urbano aprovado em 21.03.2013. Oficie-se, inclusive às empresas consorciadas”. Assinala-se e processa-se “como ação ordinária. Apense-se ao feito nº001/.11.0148445-5, em razão da conexão. Cite-se, observando-se o art. 297 do CPC. Cumpra-se, com urgência. Diligências legais”.

Em 03 de julho o processo é julgado e extinto pelo fato do Decreto nº 18.338 de 03 de julho de 2013 ter fixado o valor da passagem a abaixo do requerido pelos autores.

> Vistos. Ciente da decisão anulatória da conversão do rito e dos no-vos documentos juntados pelos autores. Efetivamente, como aduzido na petição de fls. 1395/1396, o presente feito, com a edição do Decreto n.º 18.338, de 3 de julho de 2013 ¿ fixando o valor da tarifa única dos serviços de transporte coletivo urbano em R$ 2,80 ¿, perdeu seu objeto, já que o intento dos autores era manter o valor de R$ 2,85. Ou seja, a nova situação fático-jurídico tornou o valor da passagem menor do que o desejo pelos requerentes, caracterizando isso superveniente falta de interesse processual. Custas pelos autores, uma vez que a matéria em questão ainda não estava definida na esfera administrativa, porquanto o Tribunal de Contas ainda a examinava. Aliás, o Decreto acima referido leva em consideração inclusive a medida cautelar proferida pelo TCE/RS em 14 de junho passado. Não são devidos, porém, honorários advocatícios. Diante do exposto, julgo extinto o processo, com base no art. 267, VI, determinando seu arquivamento, com baixa. A presente ex-tinção se estende também aos incidentes de exceção de incompetência e de impugnação do valor da causa que estão em apenso. Intimem-se.

Pode se observar que com o Decreto nº 18338 de 03 de julho de 2013, a prefeitura teve que recuar e revogar o aumento concedido e inclusive diminuir o valor da passagem, este decreto demonstra a primeira vitória das manifestações. No sentido de fazer um poder executivo municipal constituído escutar as vozes das manifestações.

Portanto do ponto de vista de vitórias tanto jurídicas e posteriormente políticas, Porto Alegre, foi pioneira em dar resultados às manifestações.

3. JUNHO DE 2013 NO BRASIL

No Brasil, assim como em Porto Alegre, as manifestações como um todo também possuíram antecedentes que retira do campo de análise algumas tentativas de explicações a-históricas sobre Junho de 2013. Primeiro é importante frisar que as lutas contra o aumento da passagem dos transportes público são lutas nacionalmente difundidas, e que a vitória em Porto Alegre gerou grande possibilidade de vitórias contra o aumento em outras cidades. Em Cidades Rebeldes o MPL[2]/SP cria uma cronologia das lutas contra o aumento da passagem, esta cronologia colabora em identificar que os movimentos sociais organizados por pautas de ampliação de direitos sociais, estava há muito tempo antes de Junho de 2013, organizando as lutas sociais nas cidades brasileiras.

O MPL/SP (2013, s/p.) conta que “para começar a compreender esse processo é preciso que voltemos a, no mínimo, 2003, quando, em resposta ao aumento das passagens, iniciou-se em Salvador uma série de manifestações” que se ampliou durante o “mês de

[2]MPL - Movimento Passe Livre.

agosto daquele ano, que ficou conhecida como a Revolta do Buzu". Eles dizem que é impraticável tentar calcular com precisão "quantas pessoas participaram desses protestos, mas as estimativas giram em torno de 40 mil, e pode-se dizer que qualquer pessoa que tenha entre 24 e 34 anos hoje em dia e que morava na capital baiana participou da revolta". Estudantes secundaristas, durante as aulas, saltavam os "muros das escolas para bloquear ruas em diversos bairros, num processo descentralizado, organizado a partir de assembleias realizadas nos próprios bloqueios". A repulsa da população a muito oprimida no âmago do "transporte coletivo fomentou uma dinâmica de luta massiva que escapava a qualquer forma previamente estabelecida". Na prática, ou seja, nas ruas, a Revolta do Buzu ordenava "um afastamento dos modelos hierarquizados; expunha outra maneira, ainda que embrionária, de organização".

O MPL de São Paulo (2013, s/p.) divulga a Cronologia:

> 2003 – Revolta do Buzu em Salvador (agosto-setembro).
> 2004 – Revolta da Catraca barra o aumento em Florianópolis (junho) e aprova lei do passe livre estudantil (26 de outubro); surge o Comitê do Passe Livre em São Paulo.
> 2005 – Plenária de fundação do MPL -Brasil no V Fórum Social Mundial em Porto Alegre (janeiro); luta contra o aumento em São Paulo (fevereiro); II Revolta da Catraca barra o aumento em Florianópolis (junho); mobilizações revogam o aumento em Vitória (julho).
> 2006 – Encontro Nacional do Movimento Passe Livre (junho); luta contra o aumento em São Paulo (novembro-dezembro).
> 2008 – Grande luta contra o aumento no Distrito Federal (outubro).
> 2009 – Aprovação do passe livre estudantil no Distrito Federal (julho); ocupação da Secretaria e Transportes em São Paulo (novembro).
> 2010 – Luta contra o aumento em São Paulo (janeiro).
> 2011 – Luta contra o aumento em São Paulo e em várias capitais (janeiro-março); mobilizações revogam aumento em Teresina (agosto).
> 2013 – Lutas na região metropolitana de São Paulo conquistam revogação do aumento no Taboão da Serra (janeiro); mobilização derruba aumento em Porto Alegre (abril); Jornadas de Junho conquistam revogação do aumento em mais de cem cidades.

O MPL, que em 2005, em pleno V Fórum Social Mundial de Porto Alegre, se constituiu enquanto um articulador nacional pelo Passe Livre nos transportes públicos das cidades brasileiras, também se manifesta enquanto um novo movimento social com sua concepção não hierárquica e não partidarizada de organização. Uma das características que vamos observar nas pautas das manifestações de junho de 2013.

À medida que as pautas das manifestações começaram a se pluralizar nas redes sociais os atos de junho tornaram-se mais massificados, agregando mais protestantes sem vinculo político ou ideológico concreto, a abordagem das manifestações ganhou novos

aspectos, buscando outros direitos e debatendo novas pautas como: aprovação do projeto denominado “Cura Gay” na Comissão Nacional Direitos Humanos, presidida pelo homofóbico Marcos Feliciano, “PEC nº 37” que retirava a prerrogativa de investigação do Ministério Público, e gastos com a Copa das Confederações FIFA de 2013 e com a Copa do Mundo FIFA de 2014. Não limitando as manifestações de junho à luta pelos transportes públicos, ampliando assim, a importância dos protestos.

A partir deste ato no dia 13 de junho em São Paulo, após a grande repressão policial contra os protestos convocada pelo MPL/SP na Avenida Paulista, onde mais de 200 pessoas foram detidas para averiguação, jornalistas e manifestantes feridos pela policia, as manifestações de 17 de junho foi convocada em inúmeras capitais brasileiras como forma de repudio a violência policial. Jornalistas que até então vinham criticando os atos como manifestações violentas de vândalos começaram a criticar a violência policial e manifestações a partir disso se massificaram e não possuíam mais uma centralidade de sua organização.

Essa mudança da postura da grande mídia, foi se dando quando percebeu-se que quase todas grandes cidades brasileiras estavam tomadas por manifestações. Foi notável a antítese do governo e da mídia entre 17 e 24 de junho, o então prefeito de São Paulo Fernando Hadaad, do PT, em 19 de junho diz que atos de vandalismo naquela terça feira foram uma “atrocidade” e o governo declara que não tolerará protestos durantes os eventos no país, logo depois a própria presidente da República aparece em rede nacional no dia 21 de junho dando apoio as manifestações.

As pessoas começaram a levar para as ruas suas indignações antes restritas ao espaço virtual das redes sociais, especificamente o Facebook, desta vez tomaram as ruas, pois cada manifestante leva sua postagem em mãos para as ruas das cidades brasileiras. Havia inclusive uma necessidade de cada cidade realizar sua manifestação, o importante neste momento era demonstrar sua insatisfação. Neste momento de massificação das manifestações houve uma reinterpretação equivocada pelos manifestantes dos princípios dos fóruns que antecederam as manifestações.

Em fóruns, seja em Porto Alegre, pelo Bloco de lutas ou em São Paulo pelo MPL a discussão de não partidarismo jamais chegou ao ponto do antipartidarismo, pois estes espaços constituídos de inúmeras matizes ideológicas sabem da importância das estruturas partidárias para a redemocratização do Brasil e mesmo os Anarquistas que são antipartidários sabem conviver em organizações amplas com partidários. Entretanto a

massificação dos atos levou as pessoas entoarem gritos contra a participação de bandeiras partidárias (isto já ocorria no início das manifestações e geralmente se chegava a um acordo entre independentes, anarquistas e partidários para evitar excessos) e proibição de bandeiras negras dos anarquistas (isto nunca havia ocorrido) e proibição da bandeira do MPL/SP (algo inusitado). Alguns manifestantes entoavam que somente poderia ser usada a bandeira do BRASIL, outros gritavam ditadura já. Antes de interpretar o que estava ocorrendo algumas organizações começaram a dizer que as manifestações haviam sido tomadas por Fascistas, as organizações ligadas ao PT fizeram um coro maior a esta análise.

3.1 Junho de 2013 no Brasil Conectado com o Mundo

As manifestações que eclodiram no mundo no ultimo período também tem o seu significado em disputa, seja para afirmarem que eles não possuem conexão alguma, ou seja, para encontra uma conexão entre eles. Opto por encontrar conexão entre estas manifestações, assim com (Žižek, 2013).

> Há uma batalha acontecendo dentro dos protestos sobre o que eles próprios representam: é apenas uma luta contra a administração de uma cidade corrupta? Contra o regime islâmico autoritário? Contra a privatização dos espaços públicos? O desfecho dessa situação está em aberto, e será resultado do processo político atualmente em curso.

Mas em fim, qual a singularidade entre todos as manifestações recentes, a essa mesma época pelo mundo? Em Cidades Rebeldes, Žižek (2013) afirma que o

> que une esses protestos é o fato de que nenhum deles pode ser reduzido a uma única questão, pois todos lidam com uma combinação específica de (pelo menos) duas questões: uma econômica, de maior ou menor radicalidade, e outra político-ideológica, que inclui desde demandas pela democracia até exigências para a superação da democracia multipartidária usual. E será que o mesmo já não se aplica ao Occupy Wall Street? O movimento Occupy sugere duas ideias básicas: i) o descontentamento com o capitalismo como sistema (o problema é o sistema capitalista em si, não a sua corrupção em particular); e ii) a consciência de que a forma institucionalizada de democracia multipartidária representativa não é suficiente para combater os excessos capitalistas, ou seja, que a democracia tem de ser reinventada.

O processo de manifestações pelo mundo tem como estopim a crise econômica mundial de 2008, quando entram em crise alguns países periféricos da União Europeia, que são pressionados a implantar medidas econômicas que acabavam reprimindo direitos

sociais (Tróika). No oriente médio, nota-se manifestações específicas, para repressão de regimes autoritários e/ou fundamentalistas. Porém, em 2013, países que seriam considerados "Paraísos" para o sistema capitalista (com poucas sujeições do estado a medidas sociais) como Brasil, Suécia e Turquia também se encontram em ondas de protestos, Para Žižek (2013, s/p.) é consequência da insatisfação geral pelo capitalismo,

> O capitalismo global é um processo complexo que afeta diversos países de maneiras variadas, e o que unifica tantos protestos em sua multiplicidade é que são todos reações contra as múltiplas facetas da globalização capitalista. A tendência geral do capitalismo global atual é direcionada à expansão do reino do mercado, combinada ao enclausuramento do espaço público, à diminuição de serviços públicos (saúde, educação, cultura) e ao aumento do funcionamento autoritário do poder político.

Portanto a conexão entre estas manifestações pode ser resumida a uma insatisfação com o sistema capitalista e uma insatisfação com o modelo de democracia existente, ou não existente em alguns casos.

Em relação à democracia Marilena Chauí vai dizer que (2008) somente a democracia moderna que marca uma ruptura com a democracia liberal para uma democracia social que garante os avanços sociais das classes populares que disputam novos direitos.

> Única forma sócio-política na qual o caráter popular do poder e das lutas tende a evidenciar-se nas sociedades de classes, na medida em que os direitos só ampliam seu alcance ou só surgem como novos pela ação das classes populares contra a cristalização jurídico-política que favorece a classe dominante. Em outras palavras, a marca da democracia moderna, permitindo sua passagem de democracia liberal á democracia social, encontra-se no fato de que somente as classes populares e os excluídos (as "minorias") sentem a exigência de reivindicar direitos e criar novos direitos (CHAUÍ, 2008, p. 68).

Neste caso os movimentos mundiais que eclodiram nos últimos anos são movimentos que questionam por um lado à falta de um serviço público, ou espaço público, ou falta de um controle social sobre as finanças privadas e por outro lado a necessidade de espaços democráticos que ecoassem as revindicações vinda destes novos atores sociais.

Portanto a critica ao sistema representativo na política foi algo que permeou os movimentos, ou a simples falta de democracia nos casos árabes.

3.2 Junho de 2013 a Eclosão dos Novos Movimentos Sociais

As manifestações de junho de 2013 seriam a representação da eclosão dos chamados novos movimentos sociais? Se considerarmos a organização de alguns movimentos sociais que estavam por de traz dos antecedentes das manifestações, podemos acreditar que sim. O Movimento pelo Passe Livre é um movimento social que busca disputar e discutir um aspecto da cidade, a mobilidade humana, no direito de ir e vir das pessoas através do transporte público, transfigurado na luta pela gratuidade deste direito para estudantes e desempregados.

Além deste movimento, tomou as ruas a discussão contra a "Cura Gay", projeto de lei que foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados Federais, presidida pelo Dep. Federal Marcos Feliciano. Entretanto, diferente da pauta trazida para as ruas da Não aprovação do Projeto de emenda Constitucional (PEC 37), esta não se traduzia em organização social, que propusesse a constituir permanentemente em uma mobilização, eram pautas trazidas para as ruas pela indignação dos indivíduos, mas não o forte suficiente para que construíssem um novo movimento social. Contudo pode se considerar que a pauta "contra a cura gay" fosse mais conectada com as características das pautas trazida a tona pelos novos movimentos sociais, como fruto da disputa política que os movimentos LGBTS fizeram nos últimos anos para retirar da lista da Organização Mundial da Saúde (OMS) a homossexualidade enquanto doença, e construir a aceitação da homossexualidade humana como mais uma forma de diversidade do comportamento humano. A disputa no ocidente tem gerado frutos positivos para a comunidade LGBT que vem ampliando seus direitos tentando equipará-los com os heterossexuais. Portanto a pauta contra a "cura gay" é fruto deste movimento social que havia realizado conquistas importantes. Mas os manifestantes levantavam esta bandeira sem necessariamente serem vinculados ao movimento LGBT.

Acredito que as manifestações de Junho de 2013 são a eclosão da prática dos novos movimentos sociais, muito mais pela definição que Boaventura de Sousa Santos, faz deste, no sentido de sua organização (1999, p. 256):

> Originalidade desses movimentos está na sua "impureza" ideológica, na diversidade de objetivos, de ideologias e da base social, o que, segundo ele, resulta na total impossibilidade de uma teoria unitária. A política é encarada pelos novos movimentos sociais como atividade vital que transcende o Estado, valorizando a participação efetiva de todos os cidadãos no espaço da sociedade civil na fundação de uma nova cultura política. Por essa razão, as estruturas organizacionais dos novos movimentos sociais negam as formas hierarquizadas e centralizadas de processo político, preferindo a participação coletiva não-institucional (grifo do autor).

Alain Touraine acredita que os novos movimentos sociais contribuíram para "[...] desocultar novas formas de opressão e o isolamento político do movimento operário facilitou a emergência de novos sujeitos sociais e de novas práticas de mobilização social" (1999b, p. 258). Para o autor o surgimento de novos movimentos sociais está associado à crise da sociedade industrial, da ideologia socialista e do aparecimento da sociedade programada. Define esta sociedade como "aquela em que a produção e a difusão maciça dos bens culturais ocupam o lugar central que fora o dos bens materiais na sociedade industrial" (TOURAINE, 1999b, p. 258-264).

Para o professor Antônio Carlos Wolkemer, o surgimento "dos movimentos sociais, ao longo desse período reflete a crise do paradigma político, econômico e cultural que assolou a sociedade ocidental a partir da metade do século XX" (1997, p. 110).

Segundo Touraine (1999ª, p. 69), estas mudanças a partir da metade do século deram espaço para outras revindicações que não fosse à questão trabalho, salário e desemprego. Ainda conforme Touraine (1999a, p. 69) isso

> não significa que os problemas de desemprego e de salário perderam importância, mas sim que a formação de atores, e em conseqüência o renascer da vida pública, passa quase sempre pela reivindicação de direitos culturais, e que é este gênero de lutas, mais do que os movimentos diretamente opostos à lógica liberal, que merece o nome de "movimento social" (grifo do autor).

Entretanto Boaventura de Sousa Santos ao analisar a mesma dispersão vê com certa cautela, pois acredita que os movimentos sociais contemporâneos em constante segmentação podem perder da sua identidade de classe e de alguma forma perderem a chance de organizar a luta de forma global. Para ele

> o mundo ocidental criou muitas teorias de separação e poucas de união. Foi uma forma de nos dividirmos nos diferentes movimentos. Os partidos se encarregavam de organizar as questões transversais. Mas, como deixaram de ser adequados para os movimentos sociais, estes tiveram que buscar outras formas de obter dinamismo, força e foco de ação. Isto teve um efeito negativo. Gerou facções dentro e fora dos movimentos (SANTOS, 2001, p. 8).

As manifestações de 2013 parecem conectar-se com as ideias dos novos movimentos sociais, pelo formato das organizações que promoveram as manifestações antes delas se tornarem massificadas e pela pluralidade de pautas a pós sua massificação.

Para o professor Wolkemer (1997) os novos movimentos sociais possuem uma pauta para além dos direitos consagrados, eles buscam avançar, acredito que as manifestações de junho de 2103 possuíam estas mesmas características.

> A partir de interesses cotidianos concretos e necessidades sociais históricas, internalizadas por sujeitos humanos que têm consciência, percepção, sentimento, desejo e frustrações, emerge uma nova concepção de juridicidade que não se identifica com os direitos estatais consagrados nos códigos e na legislação dogmática. Impõem-se, assim, não mais um direito desatualizado, estático, ritualizado e eqüidistante das aspirações da coletividade, mas "direitos" vivos referentes à subsistência, à saúde, à moradia, à educação, ao trabalho, à segurança, à dignidade da pessoa humana, etc. [...]. É inegável a presença e a interferência dos movimentos sociais para dar eficácia a uma nova legalidade, uma legalidade autêntica e autônoma capaz não só de redefinir democraticamente as regras institucionais da convivência, mas também de influenciar, reordenar e alterar os critérios que fundamentam o Direito Estatal moderno (WOLKEMER, 1997, p. 143).

Segundo Alain Touraine (1999b), os novos movimentos sociais diferem dos antigos nestes aspectos:

> deixam transparecer uma nova geração de problemas e de conflitos ao mesmo tempo sociais e culturais. Não se trata mais de lutar pela direção de meios de produção, e sim sobre as finalidades dessas produções culturais que são a educação, os cuidados médicos e a informação de massa. (...) As contestações mais acirradas têm hoje um fundamento moral, não porque a ação coletiva é impotente, mas porque a dominação se exerce sobre os corpos e as almas ainda mais que sobre o trabalho e a condição jurídica, porque as propagandas e a repressão totalitárias são as doenças mais graves do mundo que se diz moderno (TOURAINE, 1999b, p 262-263).

Neste sentido termino minha analise sobre a disputa dos significados para as manifestações de 2013 no Brasil e sua relação com os novos movimentos sociais citando o texto Raquel Rolnik em Cidades Rebeldes (2013):

> Nos diversos países que citei, assim como nas cidades brasileiras, os modelos de desenvolvimento e as formas de fazer política estão em questão. De acordo com Leonardo Sakamoto, a "civilização representada por fuzis, colheitadeiras, motosserras, terno e paletó [...] mais cedo ou mais tarde terá de mudar". O velho modelo de república representativa, formulado no século XVIII e finalmente implementado como modelo único em praticamente todo o planeta, dá sinais claros de esgotamento (grifo da autora).

Os modelos iluministas de democracia representativa estão em cheque, onde o modelo capitalista destrutivo das vidas humanas e de seus ecossistemas não podem mais representar a sociedade. Junho de 2013 mostrou que pessoas estão insatisfeitas as

manifestações no mundo a fora tem mostrado a insatisfação destas pessoas, a eclosão de novas formas de organização, está colocando a insatisfação referente inclusive à antiga forma de questionar os velhos problemas.

4. CONCLUSÃO

Junho de 2013 possui uma história anterior que o torna viável e este mesmo junho de 2013, esta conectado com insatisfações mundiais que possuem elementos de identidade e possuem estruturas de movimentos sociais que construíram antecedentes para que estas manifestações eclodissem no mundo todo em resposta temos em um primeiro momento a globalização, e um segundo momento a crise mundial de 2008 e suas consequências.

Neste sentido os novos movimentos sociais já iniciavam estas novas formas de manifestação, (TOURAINE apud GOHN, 1997b, p. 152), já realizava esta critica ao afirmar que: "acima dos atores sociais e muitas vezes contra eles. Os novos movimentos sociais falam mais de uma autogestão que de um sentido de história, e mais de democracia interna que de tomada de poder".

Os novos movimentos sociais foram embrionários de manifestações que eclodiram no mundo pós a crie de 2008, e vinham se organizando mundialmente desde as Batalhas de Seattle em 1998 passando por todas as manifestações contra a globalização – conhecido como movimentos altermundistas. Já eram embrionários de um questionamento hierárquico e da não representatividade da democracia representativa, internamente já eram mais críticos da utilização dos movimentos por interesse únicos exclusivamente partidários, que desconstruíam a identidade do movimento, portanto este novos movimentos traziam consigo as insígnias das manifestações que eclodiram no Brasil e no Mundo.

REFERÊNCIAS

BANKSY. **Guerra e Spray**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco; MATTEUCI, Nicola. **Dicionário de política**. 2. ed. Brasília: UNB, 1986.

BUZANELLO, José Carlos. Direito de Resistência. **Sequência.** UFSC, Florianópolis, SC, Brasil, ISSNe 2177-7055, V. 22 n. 42 (2001).

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. In: Crítica y emancipación: **Revista lationamericana de Ciencias Sociales**. Ano 1. Nº 1. Buenos Aires: CLACSO, 2008, p. 55-76.

COSTA, Renata Almeida da. SCHWARTZ, Germano. FLECK, Alexandre Brandão. Political and legal response to Brazil´s June Days: an analysis of juficialization and criminalization in the City of Porto Alegre. In: **The Journal of Socio Policy Studies**. Vol. 12. p. 285-296, 2014.

GARDENER, Frank, O homem que 'acendeu' a fagulha da Primavera Árabe. BBC News. Atualizado em 17 de dezembro, 2011. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/12/111217bouaziziprimaveraarabebg.shtl. Acesso em: 20 dez. 2014.

GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**. Antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania.** São Paulo: Cortez, 1997a.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997b.

GOHN, Maria. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

HARVEY, David. A Liberdade da Cidade. In: MARICATO, Ermínia (Org.) **Cidades Rebeldes:** Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Editorial Carta Maior, 2013, p. 27-34.

OLIVEIRA, Samir. **Protesto contra aumento da passagem mobiliza centenas em Porto Alegre**. Sul 21. Em 21 de janeiro de 2013. Disponível em: http://www.sul21.com.br/jornal/protesto-contra-aumento-da-passage m-mobiliza-centenas-de-pessoas-em-porto-alegre/. Acesso em: 20 dez. 2014.

OLIVEIRA, Samir. **Milhares de pessoas lotam as ruas do centro de Porto Alegre contra aumento da passagem**. Sul 21. Em 02 de abril de 2013. Disponível em: http://www.sul21.com.br/jornal/milhares-de-pessoas-lotam-as-ruas-do-centro-de-porto-alegre-contra-aumento-da-passagem/ Acesso em: 20 dez. 2014.

OLIVEIRA, Samir. **Após liminar da justiça, protesto contra aumento da passagem vira festa no meio da chuva.** Sul 21. Em 05 de abril de 2013. Disponível em: http://www.sul21.com.br/jornal/apos-liminar-da-justica-protesto-contra-aumento-da-passagem-vira-festa-no-meio-da-chuva-1/ Acesso em: 20 dez. 2014.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia (Org.) **Cidades Rebeldes.** Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Editorial Carta Maior, 2013, p. 6-13.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice. **O social e o político na pós-modernidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “No futuro seremos trans-escalares”. **Revista Sul**, publicação da bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembléia do Estado do Rio Grande do Sul, n. 3, p. 8, abr./ago. 2001.

TOURAINE, Alain. **Como sair do liberalismo?** Trad. de Maria Leonor Loureiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999a.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. Trad. de Elia Ferreira Edel. 6. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999b.

TOURAINE, Alain. **O pós-socialismo**. Trad. de Sonia Goldfeder e Ramon Américo Vasques. São Paulo: Brasiliense, 1988.

TOURAINE, Alain. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Sousa (Orgs.). **Sociologia e sociedade (leituras de introdução à Sociologia)**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

TOURAINE, Alain. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis- Rio de Janeiro: Vozes, 1999c.

WOLKMER, Antônio Carlos. Movimentos sociais: nova fonte de juridicidade. In: **Revista Direito em Debate**, Ijuí, RS: Ed. Unijuí, n. 7, p. 49, jan./jun. 1996.

WOLKMER, Antônio Carlos. Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito. 2. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1997.

ŽIŽEK, Slavoj. Problemas no Paraíso. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **Cidades Rebeldes:** Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Editorial Carta Maior, 2013, p. 101-108.

ZH Noticias. **Protesto contra o aumento da passagem de ônibus bloqueia transito no centro de Porto Alegre**. 2013. Disponível em: http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/ noticia/ 2013/ 02/protesto-contra-aumento-na-passagem-de-onibus-bloqueia-transito-no-centro-de-porto-alegre-4048437.html Acesso em: 20 dez. 2014.